

CLEITON KESLER NOGUEIRA PEREIRA

SEGURANÇA VERSUS FACILITAÇÃO: O NÚMERO DE FISCAIS NO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA NA ÁREA VEGETAL ESTÁ COMPATÍVEL COM A DEMANDA DE FISCALIZAÇÕES NO PORTO DE SALVADOR – BA?

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Defesa Sanitária Vegetal, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

P436s
2016
Pereira, Cleiton Kesler Nogueira, 1976-
Segurança versus facilitação : o número de fiscais no
serviço de vigilância e agropecuária na área vegetal está
compatível com a demanda de fiscalizações no porto de Salvador
– BA? / Cleiton Kesler Nogueira Pereira. – Viçosa, MG, 2016.
ix, 29f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Eliseu José Guedes Pereira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.26-29.

1. Vigilância sanitária. 2. Vigilância sanitária -
Agropecuária. 3. Vigilância sanitária - Portos. 4. Comércio
internacional. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento
de Biologia Animal. Programa de Pós-graduação em Defesa
Sanitária Vegetal. II. Título.

CDD 22. ed. 632.9

CLEITON KESLER NOGUEIRA PEREIRA

SEGURANÇA VERSUS FACILITAÇÃO: O NÚMERO DE FISCAIS NO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA NA ÁREA VEGETAL ESTÁ COMPATÍVEL COM A DEMANDA DE FISCALIZAÇÕES NO PORTO DE SALVADOR – BA?

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Defesa Sanitária Vegetal, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de março de 2016.

Mateus Chediak

Oscar Fernando Santos-Amaya

Eliseu José Guedes Pereira
(Orientador)

O Senhor é meu pastor, e nada me faltará; colocou-me num lugar de pastos. Conduziu-me à água fortificante. Converteu minha alma. Levou-me por veredas de justiça, por causa do seu nome. Por isso, ainda que ande no meio da sombra da morte, não temerei males, porque estás comigo. Tua vara e teu báculo me consolaram. Preparastes uma mesa diante de mim, à vista daqueles que me perseguem. Ungiste com óleo a minha cabeça, e quão precioso é o meu cálice que embriaga! Tua misericórdia irá após de mim todos os dias da minha vida, a fim de que eu habite na casa do Senhor, durante longos dias. (Salmos 22. Deus Pastor e Hospedeiro).

Dedico,

à minha mãe, Terezinha Nogueira Pereira,
e à minha família, Mercia e filhos pelo apoio,
amor e carinho infinitos. Aos meus amados
pai e avós, que com a certeza encontram-se
sempre presentes na minha vida, *in memória*,
dando forças para trilhar meu caminho me
transformando num homem melhor (Nelsino -
pai, Elita, Manoel, Nenzinha, Maria Anysia –
avós).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida, pela oportunidade de conviver com pessoas que nos ajuda a seguir em frente diante das dificuldades sem perder a fé e a serenidade.

Agradeço ao querido professor orientador Dr. Eliseu Pereira pela paciência, compreensão e determinação para a conclusão deste trabalho de valor inestimável para minha vida profissional.

Agradeço aos meus familiares mais próximos pelo permanente apoio e carinho (Mercia, Maysa, Vítor).

Agradeço a todo o corpo docente do Programa de Mestrado Profissional em Defesa Sanitária Vegetal da UFV pelas importantes contribuições.

Agradecimento especial ao Chefe do Serviço de Vigilância Agropecuária – Porto Salvador (SVAPSSA-BA), Eng^o Agrônomo Sr. Carlos Raimundo Freire de Carvalho Azevedo – pelas informações e valorosas contribuições neste trabalho.

Agradeço ao Eng^o. Agrônomo, Sr. Marcílio Cardoso, fiscal federal da SVAPSSA-BA, pela contribuição.

Agradecimento especial à Msc. Rose Edna Marta Viana Pondé pela compreensão, paciência e apoio para a conclusão desse importante curso para a minha carreira profissional.

Agradecimento especial à Maria Delian Gomes dos Santos pelo apoio, incentivo e colaborações na elaboração desse estudo.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	viii
1. INTRODUÇÃO GERAL	1
1.1. Risco sanitário relacionado à inspeção sanitária	1
1.2. Metodologia utilizada no Brasil para realizar os trabalhos de defesa sanitária. 4	
1.3. Facilitação ao comércio internacional	4
1.4. A operação de comércio exterior - caracterização	5
1.4.1. Os agentes do comercio exterior no Brasil.....	6
1.4.2. Estrutura organizacional de controle administrativo estatal para o comércio exterior.....	7
1.4.3. Vigiagro.....	8
O Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX	12
Portal SISCOMEX	12
2. OBJETIVOS	12
2.1. Objetivo geral	12
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	13
3.1. Etapa I – Formação Teórica	15
3.2. Etapa II – Pesquisa de campo.....	15
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
6. BIBLIOGRAFIA	26

RESUMO

PEREIRA, Cleiton Kesler Nogueira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2016. **Segurança Versus Facilitação: O Número de Fiscais no Serviço de Vigilância Agropecuária na Área Vegetal Está Compatível com a Demanda de Fiscalizações no Porto de Salvador – BA?** Orientador: Eliseu José Guedes Pereira.

Com a globalização, a circulação de produtos aumenta e com ela também aumenta o risco de introdução de pragas e doenças, demandando dos países adoção de barreiras sanitárias ao comércio internacional. Para regulamentar este processo, a Organização Mundial do Comércio criou o Acordo de Aplicações de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, e com isso, ocorreu elevação na demanda fiscalizatória. No Brasil, o Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO), vinculado à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, tem a missão de manter permanente alerta para promover a vigilância agropecuária internacional em portos e aeroportos internacionais, aduanas especiais e em postos de fronteira. O Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA) do Porto de Salvador teve uma redução de 46,42% no número de Fiscais Federais Agropecuários em 8 anos. Nesse mesmo período, o número de operações de importação e exportação aumentou 260%. Neste cenário, é possível que a capacidade operacional do SVA-Porto de Salvador, BA, Brasil, tenha acompanhado desproporcionalmente o crescimento das exportações e importações, o que constituiu nosso objetivo neste estudo. A metodologia utilizada baseou-se em investigação por abordagem qualitativa, pesquisa de documentos, entrevistas não estruturadas, observação participante, além de outras. Foi observado que algumas ações de gestão agilizaram a fiscalização e liberação das cargas no referido porto, compensando a redução no quadro de pessoal como. Essas ações incluem: adequação das equipes de trabalho; adoção de planilha com descrição das cargas desembarcadas para a fiscalização de embalagens e suportes de madeira; implantação do Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários (SIGVIG), do Novo Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX WEB) e do Portal SISCOMEX; construção da Plataforma de Fiscalização das Exportações. As principais cargas importadas no Porto de Salvador apresentam baixo risco de introdução de pragas, cargas essas tais como trigo a granel tratado com fosfina, arroz em embalagem para consumo, frutas de clima temperado que passam pela

fiscalização e classificação, vinhos e fertilizantes. Consequentemente, as ocorrências fitossanitárias computadas no período estudado foram decorrentes da ausência da marca IPPC (i.e., International Plant Protection Convention) em embalagens e suportes de madeira que acondicionam diversos tipos de carga. Na exportação, observou-se aumento da demanda de fiscalizações entre os meses de agosto a dezembro em todos os anos analisados, que corresponde ao período da safra de frutas do Vale do São Francisco, porém não foi identificada sobrecarga de trabalho neste período. Também observou-se não existir uma relação direta entre o número de fiscalizações realizadas e o número de ocorrências detectadas, as quais no período de 2008 a 2014, ficaram entre 1,08 e 1,34%, com média de 1,20%. Em conclusão, não se observou sobrecarga de trabalho dos fiscais pelo aumento da demanda do serviço de vigilância agropecuária internacional no SVA-Porto de Salvador. Esforços para interligar os sistemas SIGVIG e SISCOMEX poderão oferecer maior eficiência no processo de fiscalização e liberação das cargas na importação. Além disto, deve-se incluir no SIGVIG informações solicitadas pelos países importadores, as quais deverão ser inseridas no campo 9 (marcas distintivas) do requerimento para fiscalização.

ABSTRACT

PEREIRA, Cleiton Kesler Nogueira, M.Sc., M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, March, 2016. **Security versus Facilitation: Is the number of Inspectors on Agricultural Surveillance Service in the Plant Health Area compatible with the Inspections Demand at the Port of Salvador - BA?** Advisor: Eliseu José Guedes Pereira.

Globalization increases not only the interchange of products but also the risk of introducing pests and diseases, requiring from countries the adoption of sanitary barriers to international trade. To regulate this process, the World Trade Organization created the Application Agreement on Sanitary and Phytosanitary Measures, and with that, there was an increase in the demand for inspections. In Brazil, the International Agricultural Surveillance Service (VIGIAGRO) linked to the Agricultural Defense Secretariat of the Ministry of Agriculture, has the mission to maintain permanent alert to promote international agricultural surveillance at ports and international airports, special customs and border posts. The Agricultural Surveillance Service (SVA) of the Port of Salvador had a reduction of 46.42% in the number of Federal Agricultural Inspectors in 8 years. In the same period, the number of import and export operations increased 260%. In this scenario, it is possible that the operational capacity of the SVA-Port of Salvador, Brazil, has disproportionately accompanied the growth of exports and imports, which was the aim in this study. The methodology was based on research using a qualitative approach, document search, unstructured interviews, participant observation, and others. It was observed that some management actions helped speed up the inspection and clearance of cargo, counterbalancing the reduction in staff. Such actions included: allocation of appropriate work teams; adoption of spreadsheets with descriptions of the cargo aiming inspection of packaging and wooden supports; implementation of the Management Information System of the International Transit Agricultural Products and Supplies (SIGVIG), the New Integrated Foreign Trade System (SISCOMEX WEB) and SISCOMEX Portal; construction of Platform for Export Inspections. The main imported cargo at the Port of Salvador comprise bulk wheat treated with phosphine, rice packed for consumption, temperate fruits that pass the inspection and classification, wine and fertilizers, which all have low risk of introducing pests. As a consequence, plant health interception events that were computed during the study period were associated with the absence of the IPPC (i.e., International Plant

Protection Convention) mark on the packaging and wooden supports they contain different types of cargo. For exports, there was increase in the demand for inspections from August to December in each year analyzed, which corresponds to the period of the harvest fruits of the São Francisco Valley, but no work overload was identified during this period. Also, there was no direct relationship between the number of inspections conducted and the number of occurrences detected, which in the 2008-2014 period, were between 1.08 and 1.34%, with a mean of 1.20%. In conclusion, no work overload on inspectors was detected despite the increased demand for service of international agricultural surveillance at the SVA-port of Salvador. Efforts to interconnect the SIGVIG and SISCOMEX systems may offer greater efficiency in the process of inspection and release of import cargo. Also, adjustments need to be made in the SIGVIG to allow inclusion of information requested by importing countries, which should be inserted in field 9 (distinguishing marks) of the inspection request.

1. INTRODUÇÃO GERAL

1.1. Risco sanitário relacionado à inspeção sanitária

Apesar de estar presente em toda a história da humanidade, a importância econômica, social e política do comércio internacional ganhou maior proeminência nas últimas décadas, principalmente por causa da globalização. Ela reduziu barreiras, distâncias e ampliou o comércio internacional.

O Brasil se beneficia do crescimento do comércio internacional, expandindo sua pauta de exportações, gerando superávit crescente em sua balança comercial. No período de 2008 a 2014, as exportações brasileiras passaram de US\$ 197,9 bilhões para US\$ 225,1 bilhões (variação de 113,74%), alcançando o maior valor em 2012 com US\$ 242,3 bilhões. Já as importações, no mesmo período, passaram de US\$ 173,0 bilhões para US\$ 229,1 bilhões (variação de 132,43%), chegando ao maior valor no período analisado em US\$ 239,7 bilhões no ano de 2013. (MDIC, 2016).

De acordo com Wanke, Hijjar e Barros, (2008), entre os anos de 2002 e 2007 as exportações brasileiras mais que dobraram, totalizando quase US\$ 160 bilhões. Aproximadamente metade desse volume é formada por commodities “*in natura*” e com pequeno grau de processamento industrial e a outra metade é de exportação de produtos manufaturados (WANKE; HIJJAR, 2009).

Em 2004, a exportação de produtos agropecuários rendeu US\$ 43,6 bilhões, representando 36,9% do total exportado nesse mesmo ano (MDIC, 2005). No ano de 2013, as exportações alcançaram US\$ 188,586 bilhões (média diária de US\$ 952,5 milhões), resultado 0,9% abaixo do verificado no período equivalente de 2012, que teve média diária de US\$ 961,6 milhões. Em 2013, as compras brasileiras no mercado externo chegam a US\$ 187,622 bilhões (média diária de US\$ 947,6 milhões) (MDIC, 2013).

No estado da Bahia, segundo o presidente da Companhia das Docas da Bahia – CODEBA, José Muniz Rebouças, “o faturamento dos portos baianos, até novembro de 2014, alcançou os R\$125 milhões com uma movimentação de 11,3 milhões de toneladas”, apontada por ele como “a maior de toda a história”. No ano de 2014, de janeiro a dezembro, um total de 85 navios ancoraram em Salvador

trazendo 220 mil passageiros. Tomando como parâmetro as temporadas turísticas (de outubro a março), na temporada 2013-2014 aportaram 81 navios com 204 mil passageiros. Já na temporada 2014-2015, a previsão é de 69 navios com 178 mil passageiros (FONSECA, 2015). Na sua grande maioria, são de passageiros brasileiros.

O balanço final do exercício de 2014 aponta para recordes de movimentação de cargas em todos os três portos públicos do Estado. O Porto de Salvador atingiu a 4,3 milhões de toneladas, volume 9,7% maior na comparação com o ano anterior (FONSECA, 2015).

A política desenvolvida pela CODEBA para ampliar os itens de cargas movimentadas nos portos públicos baianos é uma das explicações da companhia para o aumento significativo de atividades nos portos do estado. No porto da cidade de Salvador, a diversificação das cargas movimentadas no terminal de contêineres em 2014 exportou 52% da produção de frutas do Vale do São Francisco. No ano de 2015, além das frutas, vai também exportar toda a safra de algodão do Oeste do Estado (FONSECA, 2015).

A possibilidade de introdução de novas doenças na agropecuária foi um dos motivos que levaram os países a adotarem barreiras técnicas ou não-tarifárias ao comércio internacional. Para Campbell, 2001, a probabilidade de introdução de pragas exóticas aumentou consideravelmente nos últimos anos com o crescimento contínuo do comércio e do turismo internacional como os principais fatores para o aumento da disseminação de pragas no mundo.

É comum países utilizarem essas barreiras para dificultar o acesso em seus mercados de produtos importados, utilizando desse argumento para fazer, efetivamente, o protecionismo comercial.

Como forma de solucionar conflitos e garantir a proteção à saúde humana, animal e vegetal, foram criados vários organismos internacionais para normatizar os critérios e as exigências fitozoossanitárias a ser seguidos pelos países membros. Entre esses organismos destaca-se a Organização Mundial do Comércio – OMC, criada em 1994 e cuja principal função é facilitar a aplicação das regras de comércio

internacional já acordadas internacionalmente, servindo de foro para negociações de novas regras ou temas relacionados ao comércio.

Após a consolidação da Organização Mundial do Comércio (OMC), advinda do antigo Acordo Geral de Tarifas e Preços (GATT), o comércio internacional ganhou ainda mais força, favorecendo o comércio internacional de commodities.

A OMC, buscando regulamentar o trânsito internacional de produtos e proteger a saúde humana, animal, vegetal e ao meio ambiente, criou o Acordo de Aplicações de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, conhecido como Acordo SPS. Dessa forma, os países devem fiscalizar a entrada de produtos estrangeiros em seus territórios.

PONTES, (2013), afirma que a elevação da demanda fiscalizatória promove uma pressão significativa sobre os órgãos responsáveis pela defesa vegetal nos países importadores. Isso pode reduzir a eficiência da fiscalização realizada, colocando em risco a proteção contra a invasão de organismos exóticos ou elevar os custos com o serviço de inspeção.

No período de 2008 a 2014 houve uma redução no quadro de pessoal do Serviço de Vigilância Agropecuária do Porto de Salvador, acompanhada por uma elevação na demanda pelo serviço. Por isso, é possível que haja uma desproporcionalidade/incompatibilidade entre o número de fiscalizações do SVA-Porto de Salvador e a capacidade operacional para realizar esse serviço.

Para FURLAN, (2013), a incompatibilidade do número de fiscais com a demanda fiscalizatória no Porto de Santos compromete a eficiência do serviço de inspeção sanitária dificultando os procedimentos envolvidos nas transações do comércio exterior.

A introdução de pragas em áreas produtivas pode provocar perda de mercados, aumento de custos de produção, problemas de natureza social causados por prejuízos econômicos em determinadas regiões, danos ambientais e à saúde pública.

Por outro lado, o excesso de profissionais e a ineficiência na gestão pode gerar custos desnecessários além de produzir possíveis obstáculos às negociações

internacionais. Por isso, aferir as condições de pessoal e estruturais necessárias para trabalho da vigilância agropecuária internacional na medida em que não promova gastos excessivos nem comprometa a qualidade do serviço de inspeção, é fundamental para que consiga alcançar a eficácia no trabalho de vigilância, garantindo, assim, a segurança do trabalho sem ocasionar obstáculos ou dificuldades para as transações comerciais.

1.2. Metodologia utilizada no Brasil para realizar os trabalhos de defesa sanitária

Com o objetivo de estruturar e orientar o serviço de inspeção sanitária no Brasil, a Lei nº 8.171 de 17/01/1991, em seu Art. 28-A. *“Visando à promoção da saúde, as ações de vigilância e defesa sanitária dos animais e dos vegetais serão organizadas, sob a coordenação do Poder Público nas várias instâncias federativas e no âmbito de sua competência, em um Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária”* (BRASIL, 1991).

Segundo o artigo, estarão envolvidos neste sistema produtores e trabalhadores rurais, suas associações e técnicos que lhes prestam assistência, órgãos de fiscalização das categorias profissionais diretamente vinculadas à sanidade agropecuária e entidades gestoras de fundos organizados pelo setor privado para complementar as ações públicas no campo da defesa agropecuária, partilhando, dessa forma, em um sistema único, as responsabilidades pelas ações de vigilância agropecuária no país.

1.3. Facilitação ao comércio internacional

Para a proteção dos interesses dos países envolvidos em transações comerciais exteriores, é necessária uma rígida inspeção sanitária no processo de ingresso e saída do país de produtos comercializados, obedecendo a regras e procedimentos acordados preliminarmente. Por outro lado, a maneira como é realizado tais procedimentos podem acarretar em obstáculos para a ampliação das transações comerciais.

Com a criação da OMC, os países aprimoraram seus processos e procedimentos para não promoverem obstáculos às transações comerciais. Muitos países reformaram seus procedimentos, criaram mecanismos mais inteligentes,

sistemas de tecnologias da informação para agilizar processos. Essas modificações viabilizou o atendimento ao aumento da demanda por serviços de vigilância agropecuária internacional.

No Brasil, o Sistema Integrado de Comércio Exterior padronizou os procedimentos usados nas transações e estabeleceu uma dimensão de reciprocidade entre os órgãos federais, na medida em que definiu uma simetria das transações entre elas, particularmente dos recursos do sistema de interesse comum (NOGUEIRA, 1999).

1.4. A operação de comércio exterior - caracterização

A operação de comércio internacional tem implicações tributárias e reguladoras das fronteiras econômicas nacionais e do Mercado Comum, assim como existem as regras estabelecidas para a regulamentação de questões econômicas, sanitárias, técnicas, etc.. Para realizar suas operações de comércio internacional, os importadores/exportadores, geralmente, contratam os serviços de terceiros, especializados nesse setor (por exemplo: transportadores, bancos financiadores e/ou corretores, comissários de despacho, empresas de logística e armazenagem), (BRITO, et. al. 2012).

A gestão dos procedimentos nos pontos de ingresso e partida de mercadorias no comércio externo é realizada por vários órgãos públicos. Cabe a eles delegarem sobre as questões de ordem sanitária, fitossanitária, dentre outras, com o objetivo de assegurar a proteção básica do país, das pessoas e do meio ambiente.

Por isso, a operação comercial fica submetida às imposições legais/jurídicas, exigidas pelos processos burocráticos estabelecidos pelas relações interorganizacionais existentes entre os indivíduos envolvidos na transação comercial e os agentes de governo. Também, existem relações entre os diversos setores ou entes públicos que desempenham diferentes papéis nas transações comerciais.

A literatura aponta que a gestão dos procedimentos de fronteira é um dos elos mais problemáticos para as transações comerciais no mundo, visto o tempo e o custo envolvido em seus trâmites.

A facilitação dos procedimentos de fronteira, por outro lado, inclui práticas de gestão que promovem a melhor circulação das cargas e o menor tempo de desembaraço alfandegário, itens estes que no Brasil detectou-se que é demasiadamente demorado.

É comum encontrar na literatura, referência entre a desproporcionalidade entre o volume de cargas para ser despachado e o número de fiscais disponíveis para esse trabalho. É justamente neste binômio entre facilitação e segurança que este trabalho se insere.

1.4.1. Os agentes do comércio exterior no Brasil

O conjunto dos agentes envolvidos no comércio exterior no Brasil é formado por várias organizações que desempenham papéis diferentes, mas vinculadas entre si.

Elas são distribuídas em três categorias:

1) os clientes ou usuários finais – importadores em geral, abrangendo todas as suas possíveis variações;

2) os prestadores de serviços: transportadores, armazenadores autorizados (depositários alfandegados), bancos, corretores, comissárias de despacho, etc.;

3) os órgãos públicos que realizam o controle estatal: Aduana (Secretaria da Receita Federal), Secretaria de Comércio Exterior (MICT), Banco Central do Brasil, Div. de Vigilância Sanitária (M. Saúde), Secretaria de Defesa Agropecuária (M. Agricultura).

Tabela 1. Agentes gerenciais, reguladores e operacionais do comércio exterior brasileiro.

Ministérios	Agentes
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria do Comércio Exterior (SECX) • Departamento de Operações do Comércio Exterior (DECEX)
Ministério da Fazenda	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) • Banco Central do Brasil (BANCEN)
Ministério da Justiça	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Polícia Federal (DPF)
Ministério da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO)
Vários	<ul style="list-style-type: none"> • Agentes anuentes de cargas (10 Ministérios diferentes)

Fonte: FURLAN, 2013.

1.4.2. Estrutura organizacional de controle administrativo estatal para o comércio exterior

A Aduana, sistema pertencente à Secretaria da Receita Federal (MF), atua em todo o país através das Alfândegas e outras unidades administrativas próprias habilitadas para os serviços de controle do comércio exterior, nos portos, aeroportos, fronteiras, entrepostos de interior, e outros recintos especializados.

Em termos operacionais, controla as cargas e veículos procedentes ou destinados ao exterior e cuida do despacho aduaneiro, procedimento que, a partir da declaração formal feita pelo interessado, verifica o recolhimento dos tributos e desembaraça a mercadoria, regularizando a operação.

A Secretaria de Comércio Exterior (MICT), considerando-a também em termos operacionais, atua através de suas unidades centralizadas, situadas no Rio de

Janeiro e em Brasília, e das agências habilitadas do Banco do Brasil. Tem como atividades aplicar algumas das medidas de controle não-tarifário prescritas pela política econômica, principalmente autorizar ou não previamente a operação comercial. Essas autorizações eram formalizadas através das Guias de Importação ou Registros de Exportação, conforme o caso. O Banco Central do Brasil (M. Fazenda), por sua vez, incumbe-se dos controles cambiais e de remessas de divisas. Atua através de uma rede de agentes financeiros, particularmente da rede bancária em geral, que, habilitados, prestam esse tipo de serviços aos importadores e exportadores.

1.4.3. Vigiagro

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), vinculado à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), atua na inspeção e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos, derivados e partes, resíduos de valor econômico e insumos agropecuários, nos Portos Organizados, Aeroportos Internacionais, Postos de Fronteira e Aduanas Especiais.

Criado em 14 de novembro de 2006 pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA 36/2006, o Manual de Procedimentos Operacionais do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO tem como objetivo consolidar em um único instrumento as normas e diretrizes que regulamentam a fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos, derivados e partes, resíduos de valor econômico e insumos agropecuários disponibilizando aos Fiscais Federais Agropecuários e aos usuários do Sistema, uma ferramenta para orientar e harmonizar os procedimentos bem como agilizar a liberação das mercadorias nos portos organizados, aeroportos internacionais, aduanas especiais e postos de fronteira, por meio de uma fiscalização eficiente e eficaz.

De acordo com a Portaria de criação do Vigiagro, o Programa é composto de um Comitê Central e de Subcomitês de Gestão de Vigilância Agropecuária Internacional nos portos, nos aeroportos e nos postos de fronteira. A implementação e a coordenação das ações do Vigiagro está sob responsabilidade técnica e executiva do Comitê Central, o qual está diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário de Defesa Agropecuária.

Ao Comitê Central incumbe, entre outras atribuições, estabelecer os princípios básicos da gerência técnico administrativa entre os Subcomitês da Gestão

do Vigiagro nos portos, nos aeroportos e nos postos de fronteira; estabelecer a harmonização e a padronização dos procedimentos operativos da fiscalização federal sobre os produtos agropecuários na exportação/importação, em consonância com a legislação pertinente; gerir o intercâmbio de conhecimentos técnicos operacionais em níveis nacional e internacional; e promover a articulação institucional com as demais autoridades intervenientes no processo da liberação de cargas agropecuárias na exportação e importação.

Aos Subcomitês de Gestão do Vigiagro compete, entre outras atribuições, assessorar a coordenação das atividades de fiscalização das cargas agropecuárias, em trânsito de exportação e importação, de forma padronizada.

Com a publicação da Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, que aprovou o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram criadas no âmbito do VIGIAGRO as Unidades Descentralizadas de Execução Finalística:

a) Serviço Vigilância Agropecuária – SVA (15 Unidades)

Portos: Rio de Janeiro/RJ, Paranaguá/PR, Itajaí/SC, Rio Grande/RS, Vitória/ES, Manaus/AM, Salvador/BA e Santos/SP.

Aeroportos: Rio de Janeiro/RJ, Campinas/SP, Guarulhos/SP e Recife/PE

Postos de Fronteira: Uruguaiana/RS, Foz do Iguaçu/PR e Dionízio Cerqueira/SC

b) Unidade de Vigilância Agropecuária – UVAGRO (60 unidades).

Instaladas por ato do Ministro de Estado, tendo como pré-requisitos a identificação de:

1. demandas do trânsito internacional de produtos agropecuários; e
2. disponibilidade de no mínimo 02 (dois) fiscais federais agropecuários e demais servidores públicos.

De acordo com o Art, 30 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, compete aos Serviços de Vigilância Agropecuária, em cumprimento às instruções técnico-normativas oriundas

da Secretaria de Defesa Agropecuária e a formação profissional dos Fiscais Federais Agropecuários:

I - executar as atividades de fiscalização agropecuária, procedendo:

a) realização de exames de animais vivos e de vegetais e partes de vegetais, na importação e na exportação;

b) inspeção de produtos de origem animal e de origem vegetal, de sêmen animal, de embriões de animais, de produtos para alimentação animal, de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de fertilizantes, de corretivos, de inoculantes, de sementes e mudas e de vinhos e bebidas em geral, na importação e na exportação; e

c) inspeção de forragens, boxes, caixas e materiais de acondicionamento e embalagens na importação dos produtos referidos anteriormente;

II - examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional.

III - aplicar medidas de:

a) desinfecção e desinfestação em animais e vegetais e partes de vegetais, de seus produtos e derivados de origens animal e vegetal, além de materiais de acondicionamento, embalagens e veículos, quando se fizer necessário; e

b) apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento e embalagens, quando passíveis de veicular agentes de doenças e de pragas que constituem ameaça à agropecuária nacional;

IV - expedir certificados sanitários e fitossanitários, para a exportação de animais vivos, vegetais, partes de vegetais, produtos e derivados de origens animal e vegetal e de materiais de multiplicação vegetal e animal, quando previamente autorizados;

V - coletar amostras de produtos de origem animal e vegetal para análise laboratorial, para fins de desembaraço aduaneiro e liberação para entrada no País;

VI - análise e providências específicas para o licenciamento de importação e de exportação;

VII - propor quarentena agropecuária, na forma definida;

VIII - realizar fiscalização de produtos e insumos agropecuários importados;

IX - elaborar relatórios específicos e das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal; e

X - providenciar execução de atividades de apoio administrativo requeridas para o desempenho operacional da Unidade Descentralizada, consoante orientações da Divisão de Apoio Administrativo da SFA/MAPA.

O Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional é o instrumento utilizado pelos fiscais federais agropecuários na inspeção e fiscalização do trânsito internacional de vegetais. Ele tem como objetivo consolidar em um único instrumento as normas e diretrizes que regulamentam a fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos, derivados e partes, resíduos de valor econômico e insumos agropecuários. Disponibiliza, dessa forma, uma ferramenta para orientar e harmonizar os procedimentos bem como agilizar a liberação das mercadorias nos portos, aeroportos internacionais, aduanas especiais e postos de fronteira, por meio de uma fiscalização eficiente e eficaz.

A Tabela 2 apresenta os sistemas utilizados hoje pelos fiscais federais no serviço de vigilância agropecuária internacional:

Tabela 2. Sistemas utilizados no Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional.

Sistema	Descrição
Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários – SIGVIG	“Sistema eletrônico utilizado para gerenciamento técnico, administrativo, operacional e controle dos procedimentos de importação, exportação e trânsito de animais e vegetais, seus produtos, subprodutos e derivados, insumos agrícolas e pecuários, embalagens e suportes de madeira, bem como no trânsito internacional de passageiros”.
O Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX	Sistema informatizado responsável por integrar as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, através de um fluxo único e automatizado de informações.
Portal SISCOMEX	Iniciativa de governo eletrônico centrada no aumento da transparência e da eficiência nos processos e controles de exportações e importações. Voltado aos operadores de comércio exterior. Objetiva simplificar o acesso aos serviços e sistemas governamentais e à legislação pertinentes às operações de comércio exterior atendendo a todos os sistemas componentes do Sistema Integrado de Comércio Exterior, assim como os demais sistemas governamentais destinados à obtenção de autorizações, certificações e licenças para exportar ou importar. (BRASIL, 2016).

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

- Avaliar se existe desproporcionalidade entre a demanda por fiscalização na área vegetal e o número de profissionais disponível para realizar o trabalho no Porto de Salvador – BA.

2.2. Objetivos Específicos

- Analisar se há desproporcionalidade entre demanda por fiscalizações fitossanitárias e número de fiscais compromete a qualidade do serviço prestado;
- Determinar se existe uma relação entre o número de fiscalizações realizadas e o de ocorrências registradas;
- Verificar se há limitações estruturais para a realização do serviço de fiscalização fitossanitária.
- Identificar alternativas ou inovações para aperfeiçoar o trabalho de fiscalização fitossanitária;

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada baseou-se em investigação de abordagem predominantemente de caráter qualitativo, em pesquisa de documentos, em entrevistas não-estruturadas, observação participante além de ser um estudo de caso.

O estudo de caso, de modo geral, trabalha ocorrências detalhadas de um fenômeno em um cenário específico. Miles e Huberman (1994), citados por Brito e outros (2012), definem o estudo de caso como uma "[...] unidade de análise, que pode ser um indivíduo, o papel desempenhado por um indivíduo ou uma organização, um pequeno grupo, uma comunidade ou até mesmo uma nação. Todos esses tipos de caso são unidades sociais". Dessa forma, o que se busca é olhar para o fenômeno social e para as implicações envolvidas no caso específico, (BRITO e outros, 2012).

Segundo YIN, (2001), subsistem controvérsias e objeções em relação ao estudo de caso como método de pesquisa, especificamente quanto a possíveis vieses por falta de rigor científico e dificuldades de gerar resultados generalizáveis.

O presente estudo compôs-se de três etapas: 1) obtenção de informações secundárias por meio de revisão bibliográfica sobre os tópicos abordados, que expôs as mais relevantes características da importação; 2) obtenção de informações primárias via pesquisa de campo junto ao SVA-Porto de Salvador, e 3) análise dos resultados.

O estudo foi realizado no Porto da cidade de Salvador, Bahia. De acordo com a metodologia utilizada por FURLAN, 2013, a metodologia utilizada na pesquisa baseou-se numa abordagem qualitativa dos procedimentos utilizados na Vigilância Agropecuária para as operações de importação e exportação, e quantitativa, utilizando os registros de operações do movimento de cargas no porto dos últimos 8 (oito) anos além do número de registros de ocorrência no mesmo período.

Foram elaborados figuras e tabelas os quais permitiram uma melhor compreensão dos dados obtidos. A partir deles, foram identificados pontos críticos no processo de inspeção onde a incompatibilidade entre o número de fiscais disponíveis e a demanda fiscalizatória no Porto de Salvador em diferentes épocas do ano.

Como o trabalho foi realizado sob a forma de estudo de caso, devido à natureza da pesquisa, a investigação em campo constituiu na principal forma de aquisição de informações. Entrevistas com fiscais, acompanhamento do trabalho de inspeção e análise dos dados de movimento de cargas de produtos de origem vegetal e das ocorrências encontradas durante os anos e durante os meses de cada ano foram as principais fontes de informações utilizadas.

Os principais parâmetros utilizados foram:

- Número de operações de exportações e importações;
- Distribuição das operações durante o ano;
- Número de pessoal disponível para realizar o serviço de vigilância no período;
- Percentual de ocorrência detectada;
- Recursos (físicos e tecnológicos) utilizados no período.

A metodologia utilizada contemplou três fases ou etapas:

- I. Formação teórica;
- II. Condução da pesquisa de campo para coleta de informações

III. Análise dos resultados comparando os resultados obtidos com os encontrados na literatura.

3.1. Etapa I – Formação Teórica

A pesquisa da literatura permitiu o aprofundamento do conhecimento referente ao assunto, o que facilitou a interpretação dos dados e das informações adquiridas com a pesquisa de campo.

Utilizou para a pesquisa de literatura, o banco de dados disponível da internet no site do CIELO, GOOGLE ACADÊMICO, CAPES, a partir das palavras chaves “vigilância agropecuária”, “exportação”, “comércio exterior”, “portos”, etc.

Verificou-se escassez de publicações sobre o tema pesquisado. Embora exista um número maior de publicações quando utilizado a palavra-chave “exportação e importação”, “comércio exterior”, a literatura ainda mostra-se incipiente, principalmente quando busca trabalhos que avaliam a eficiência do serviço de vigilância agropecuária internacional, o que demonstra a necessidade de mais estudos sobre o assunto.

3.2. Etapa II – Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi conduzida com os servidores do Serviço de Vigilância Agropecuária do Porto de Salvador. A coleta dos dados obedeceu aos três princípios básicos para a adequada coleta de dados num trabalho de estudo de caso proposto por YIN, (2001): “utilizar várias fontes de evidências, criar um banco de dados para o estudo de caso e manter o encandeamento de evidências”.

Foram utilizados registros das operações de importação e exportação, o número de requisições para inspeções e o número de ocorrências no período compreendido entre os anos de 2008 a 2014.

Para muitos estudos de caso, os registros em arquivo - geralmente em sua forma computadorizada - também podem ser muito importantes. Podem ser encontrados como: D Registros de serviço, como aqueles que registram o número dos clientes atendidos em um determinado período de tempo. D Registros organizacionais, como as tabelas e os orçamentos de

organizações em um período de tempo. D Mapas e tabelas das características geográficas de um lugar. D Listas de nomes e de outros itens importantes. D Dados oriundos de levantamentos, como o censo demográfico ou os dados previamente coletados sobre um "local". D Registros pessoais, como diários, anotações e agendas de telefone. Esses e outros registros em arquivo podem ser utilizados em conjunto com outras fontes de informação ao se produzir um estudo de caso. No entanto, ao contrário das evidências documentais, a utilidade desses registros irá variar de um estudo de caso para outro. Para alguns estudos, os registros podem ser tão importantes que acabam se transformando no objeto de uma ampla restauração e análise. Em outros, podem ser apenas de importância superficial (YIN, 2001).

Outra importante fonte de informações foram as entrevistas realizadas.

Uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso são as entrevistas. Pode-se ficar surpreso com essa conclusão, por causa da associação usual que se faz entre as entrevistas e o método de levantamento de dados. As entrevistas, não obstante, também são fontes essenciais de informação para o estudo de caso. As entrevistas podem assumir formas diversas. É muito comum que as entrevistas, para o estudo de caso, sejam conduzidas de forma espontânea. Essa natureza das entrevistas permite que você tanto indague correspondentes chaves sobre os fatos de uma maneira quanto peça a opinião deles sobre determinados eventos. Em algumas situações, você pode até mesmo pedir que o respondente apresente suas próprias interpretações de certos acontecimentos e pode usar essas proposições como base para uma nova pesquisa. Quanto mais o respondente

auxiliar dessa última maneira, mais o papel dele se aproximará do papel de um "informante" do que o de um mero respondente. Informantes-chave são sempre fundamentais para o sucesso de um estudo de caso (YIN, 2001).

A pesquisa utilizou como base os procedimentos de inspeção estabelecidos no Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional, ferramenta publicada pelo MAPA pela Instrução Normativa do MAPA IN 36, a qual é o instrumento utilizado pelos fiscais federais agropecuários na inspeção e fiscalização do trânsito internacional de vegetais.

O estudo levou em consideração a experiência dos agentes federais responsáveis pelo serviço de inspeção. Esses profissionais podem determinar novas formas de realização dos trabalhos de inspeção otimizando custos e tempo. Segundo PONTES, (2013), é possível elaborar um sistema de inspeção com frequência de checagem reduzida para EMB tendo como base a análise de uma serie temporal de dados de importação e levando se em consideração fatores como país de origem da carga.

Foram realizadas 20 (vinte) entrevistas com acompanhamento dos trabalhos de vigilância agropecuária no porto. Outra fonte utilizada para a discussão dos pontos abordados no presente trabalho foram diálogos por telefone, além de e-mails com a troca de informações e análise dos dados apresentados no trabalho.

As entrevistas e acompanhamentos ocorreram durante 14 (catorze) meses. Participaram das entrevistas Fiscais Federais Agropecuários, além do Coordenador do SVA-Salvador.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados na Figura 1 demonstram que as requisições para fiscalizações de exportação e importação no período compreendido entre os anos de 2008 a 2014 passaram de 12.454 para 30.611. No ano de 2013 foi alcançado o maior número requisições (33.566).

Considerando os anos com menor e maior demanda pelo serviço de vigilância agropecuária no período estudado, encontramos um acréscimo de 260%. No entanto, o quadro de profissionais disponíveis para realizar o serviço de vigilância no porto de Salvador despencou de 28 profissionais em 2008 para 13 em 2014, uma redução de 46,42 %.

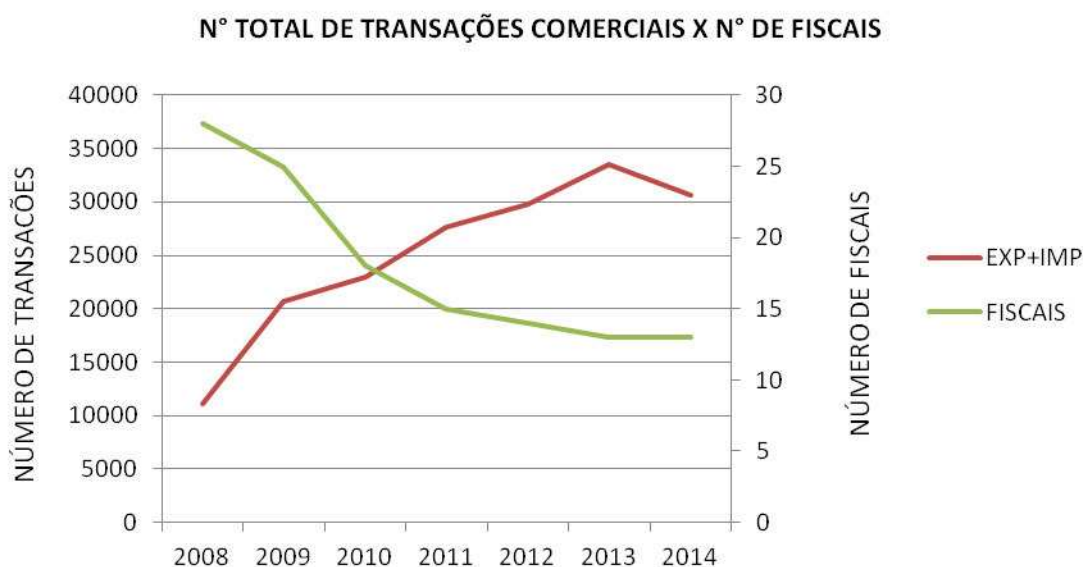


Figura 1. Número de requisições fiscalizadas no porto de Salvador, BA. Fonte: MAPA – SVAPSSA-BA.

Quando se compara a distribuição do serviço de inspeção realizado no porto de Salvador, percebe-se que há picos na demanda para a exportação. Já na importação, a demanda apresenta-se distribuída de forma mais homogênea durante o ano.

Na Figura 2 está apresentado o percentual de requerimentos fiscalizados em relação ao número total de inspeções realizadas de 2008 a 2014. Existe um pico de demanda compreendido entre os meses de agosto e dezembro o qual está associado, precisamente, com as exportações de frutas.

A concentração de fiscalizações realizadas em determinada época do ano devido à sazonalidade da produção agrícola aumenta a demanda por serviços de inspeção em um curto espaço de tempo. Mesmo considerando a sazonalidade, não foi identificada uma sobrecarga de serviço por fiscalizações do SVA-Porto de Salvador. Esse padrão foi observado em todos os anos analisados, como mostra a Figura 2.

O Relatório do TCU 2006 destaca como ponto positivo a formação de força de trabalho para atendimento emergencial em unidades de vigilância que estejam com quantitativo de pessoal insuficiente frente à demanda de serviço. Também é destacada a adoção do sistema de rodízio de servidores entre as atividades desenvolvidas na unidade localizada em Belém/PA, o que proporciona capacitação dos fiscais para atuar em qualquer unidade do estado, desempenhando tarefas variadas. Nesse mesmo documento, o referido tribunal confirma a existência de desproporcionalidade entre o número de fiscalização do SVA e o número de fiscais disponíveis em vários portos do país, mas não detecta o mesmo problema no porto de Salvador (TCU, 2006).

FURLAN, (2013), avaliou a eficiência dos procedimentos de fronteiras no porto de Santos e as consequências para as exportações e importações brasileiras e apontou que um dos problemas detectados foi a incompatibilidade entre o número de fiscais e a demanda pelo serviço de vigilância agropecuária.

A) 2008



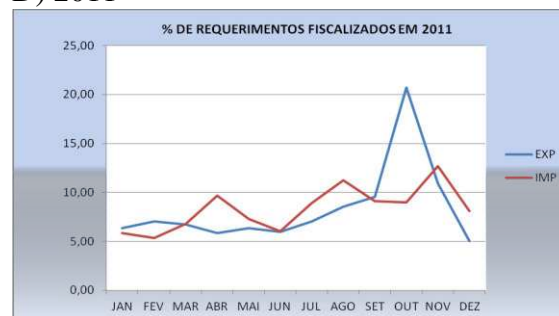
B) 2009



C) 2010



D) 2011



E) 2012



F) 2013



G) 2014



Figura 2. Percentual de fiscalizações realizadas em relação ao número total de requisições no período de 2008 a 2014 (painéis A-G).

Observando os dados apresentados na Tabela 3, percebe-se que, apesar de um expressivo aumento no número de inspeções realizadas no período, não houve elevação do número de ocorrências detectadas.

No período estudado, o percentual médio de ocorrência permaneceu com 1,20% em relação ao número de requisições realizadas.

Tabela 3. Número de termos de ocorrência e % de termos de ocorrência em relação ao número total de requisições fiscalizadas e ao número de fiscais.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Requisições EXP+IMP	12.454	20.690	24.935	27.043	29.193	32.379	29.711
Nº Ocorrências	147	248	336	412	306	331	321
% Ocorrências	1,18	1,19	1,34	1,52	1,05	1,02	1,08
Nº Fiscais	28	25	18	15	14	13	13

Durante 5 (cinco) anos foi realizada no SVA-Porto de Salvador, a fiscalização de 100% das Embalagens e Suportes de Madeira que acondicionam cargas de qualquer natureza, período no qual não foram detectados presença de insetos vivos. As ocorrências registradas foram em decorrência da ausência da marca IPPC que comprova o tratamento destas embalagens recebido no país de origem para cumprimento do estabelecido na NIMF 15.

De posse destes dados foi possível elaborar uma relação de importadores que não utilizam embalagem de madeira em suas cargas e, a adoção de planilha contendo a descrição de todas as cargas desembarcadas no Porto de Salvador. Isto possibilitou concentrar a fiscalização nas embalagens provenientes das áreas de risco, reduzindo bastante a necessidade de fiscalizações no momento em que houve redução no quadro de servidores.

PONTES, (2013), também utilizou subsídios conceituais e empíricos para a elaboração de um possível sistema de inspeção com checagem reduzida aplicada à inspeção de embalagens de madeira no porto da cidade de Manaus, objetivando redução de custo, otimização do serviço com a garantia da qualidade da vigilância realizada.

Os principais produtos de origem vegetal e insumos importados pelo Porto de Salvador apresentam baixo ou nenhum risco de introdução de pragas. São eles: Trigo a granel que chega tratado com Fosfina, arroz em embalagem para consumo, frutas de clima temperado que passam por fiscalização e classificação - até a presente data sem registro de ocorrência, vinhos e fertilizantes, que são todos considerados de baixo risco de introdução de pragas exóticas no país.

Outro fator estrutural que contribuiu consideravelmente para a rapidez e potencialização do quadro de pessoal do SVA-Porto de Salvador foi a construção da plataforma de inspeção para as cargas de exportação assim como escritórios montados nos terminais para as operações de importação.

BERTOLOTO, et. al. (2011), fez uma análise da eficiência dos portos e terminais privativos brasileiros de acordo com o tipo de carga que eles movimentam. No seu trabalho, detectou que alguns portos buscam a especialização de suas atividades ou a diversificação, dependendo das cargas que são movimentadas em suas instalações.

Para os fiscais do SVA-Porto de Salvador, a elevação da demanda juntamente com a redução do quadro de pessoal não provocou uma redução na qualidade do serviço de inspeção realizado e nem atrasos nos processos de inspeção. Segundo o coordenador do SVA, a utilização de sistemas de gestão da informação (SIGVIG e SISCOMEX e PORTAL SISCOMEX) contribuiu de forma decisiva para esse resultado.

Para BRITO, et al. (2012), a burocracia interfere negativamente no comércio exterior, apontando como as principais limitações a legislação obsoleta, a falta de profissionais qualificados para a interpretação da legislação que rege o comércio exterior e o conflito entre órgãos envolvidos no processo de gestão do comércio exterior no Brasil.

Já para TYLER (2006), embora o Brasil tenha acompanhado, e algum casos liderado, o fenômeno mundial da aplicação de TCIs nos serviços públicos, progresso tem sido mais devagar na adoção de métodos de e-Governo na regulação e facilitação de transações de comércio internacional, mas reconhece a evolução nos processos envolvidos no comércio exterior. Da mesma forma, NOGUEIRA (1999), analisou os efeitos e as potencialidades da tecnologia de informação para a qualidade e a efetividade do trabalho dos órgãos anuentes do comércio exterior brasileiro.

De acordo com as informações obtidas no SVA-Porto de Salvador, alguns avanços alcançados durante o período compensaram a redução do quadro de funcionários do setor:

1. *Criação do SISCOMEX e do PORTAL SISCOMEX* – a informatização do setor otimizou os trabalhos de despachantes e demais entes envolvidos no comércio exterior.
2. *Criação do SIGVIG* – a informatização reduziu o tempo e o volume de papel nas operações de vigilância sanitária das cargas otimizando o serviço de inspeção realizado no porto.
3. *A evolução do SISCOMEX* – cuja base de dados atualmente se encontra na WEB, sendo que antes ficava no SERPRO. Isto aumentou consideravelmente a velocidade de processamento;
4. Construção e posterior ampliação da Plataforma de Fiscalização (vistoria física das cargas – exportação).

Já de acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União do ano de 2006, aponta a inadequação da infra-estrutura das unidades de vigilância agropecuária internacional; insuficiência de pessoal; oferta insuficiente de cursos de capacitação para os fiscais federais agropecuários; ausência de mecanismos institucionais que garantam a boa integração dos órgãos envolvidos na fiscalização em portos e aeroportos; deficiência dos mecanismos de supervisão e monitoramento do Programa; ausência da aplicação das sanções pecuniárias previstas na legislação básica que regulamenta a defesa sanitária animal e vegetal; e deficiências dos mecanismos de divulgação das regras de trânsito internacional de produtos agropecuários como os principais entraves ou dificuldades para a qualidade do serviço de inspeção sanitária nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Brasília, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Pará e Amazonas. (TCU, 2006).

As inovações tecnológicas nos campos da computação e telecomunicação possibilitam ganhos de economia de escala e de escopo. As perspectivas do impacto da Tecnologia de Informação (TI) sobre a economia traçam uma transição do tradicional, apoiada no fluxo físico, para o digital, apoiada no fluxo eletrônico, “desmaterializando” os documentos em papel nas transações negociais e constituindo-os somente eletronicamente.

A TI parece estar permitindo a evolução dos sistemas, a princípio atendendo simplesmente as ligações entre compradores e vendedores para redes complexas de relacionamento eletrônico, que integram fornecedores, produtos, intermediários e clientes (Albertin, 1997)

Avanços como em Tecnologias de Informação e Comunicação - TCIs levou Cingapura, no final da década de 80 e início dos anos 90, a se destacar pelos avanços no emprego das TICs na facilitação do comércio e na modernização dos serviços alfandegários com a implantação do Sistema de TradeNet (TYLER, 2006).

Para TYLER, 2006, houve um grande avanço em relação ao que existia antes da implantação do SISCOMEX, mas o sistema ainda é complicado e difícil de usar. Para ele, o sugerido processo de reforma e simplificação dos procedimentos pode ser idealmente acompanhado pela modernização da TCI empregada no sistema SISCOMEX. Ele entende que a modernização do sistema deveria incluir vários elementos, como: (a) a aceleração de sua conversão para uma plataforma baseada na internet (ao contrário de seu formato atual antiquado de DOS, difícil para o usuário); (b) a integração de sistemas separados do SISCOMEX para exportação e importação; e (c) a adoção de uma interface de dados eletrônica (EDI, em inglês) mais extensa, que permitiria a interface como agentes adicionais do setor privado (isto é, bancos, agentes de embarque, autoridades portuárias, empresas de transporte, etc.). Em tudo isso, o sistema cingapuriano Tradenet poderia ser usado como o melhor exemplo dessa área (best practice).

O SVA-Porto de Salvador considera bem expressivo os avanços no serviço de inspeção sanitária realizado no Porto de Salvador promovidos pela implantação do SIGVIG.

BRITO et al. (2012), concluíram que é necessária continuidade nas providências voltadas para a informatização dos procedimentos. Esses autores realizaram pesquisa que indica uma melhora significativa promovida pela implantação do SISCOMEX e do SISCARGA. Afirmam também é imprescindível que mais procedimentos sejam informatizados e que os sistemas já implantados sejam aprimorados.

Redução da quantidade de procedimentos impostos às empresas no desembaraço das mercadorias, maior integração entre os órgãos atuantes no comércio exterior, redução e unificação de impostos e melhoria na infraestrutura portuária são alguns pontos sugeridos por (BRITO et al., 2012) para a melhoria dos processos atinentes ao comércio exterior brasileiro.

Um desafio observado é a falta de comunicação entre o SIGVIG e o SISCOMEX, que pode dificultar a rastreabilidade dos dossiês por não anexar os documentos específicos do SIGVIG no Portal SISCOMEX.

Outro obstáculo que precisa ser superado no SIGVIG, para aperfeiçoar mais ainda o processo, é ajustar o programa para permitir a inclusão pelos representantes dos exportadores (despachantes) no campo 9 (marcas distintivas) dos Requerimentos para Fiscalização das informações complementares solicitadas pelos importadores.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve redução de 46,42% do pessoal responsável pela realização do trabalho de vigilância agropecuária no porto da cidade de Salvador em 8 anos. Nesse mesmo período, houve expansão nas exportações e importações no porto de Salvador em 260%. Contudo, não houve sobrecarga de trabalho sobre a equipe. A utilização de novos processos e procedimentos, os avanços ocorridos no campo da informatização dos trabalhos no campo do SVA, as melhorias estruturais com a construção e ampliação da plataforma de fiscalização compensaram a redução do quadro de pessoal.

Observou-se que não existe uma relação direta entre o número de exportações e importações e o número de ocorrências detectadas. Mesmo com o aumento expressivo das fiscalizações, não houve alteração significativa no número de ocorrências detectadas no período estudado.

A eficácia no uso de ferramentas de tecnologia de informação, tais como SIGVIG, SISCOMEX, PORTAL SISCOMEX, na realização das atividades de vigilância agropecuária contribuiu para modernizar a gestão do serviço público, priorizando a eficiência com redução de custos pela redução de pessoal e ampliação dos resultados.

A utilização dessas ferramentas também impactou no modo como as interações se estruturam. Com elas, é possível fazer uma triagem de como os processos de comercialização se desenvolvem e os profissionais que atuam em cada fase do processo.

A rapidez do trabalho de inspeção também melhorou. Reduziu-se o tempo utilizado para analisar a documentação das cargas e tomar a decisão pela necessidade de inspeção ou não e liberar o processo informando, quando necessário, os outros órgãos anuentes na fiscalização das operações de importação/exportação.

O ganho de rapidez na liberação das cargas, a redução do quadro de pessoal promovido pela melhoria dos processos e da utilização de sistemas informatizados promoveu a ampliação da qualidade do serviço de inspeção realizado no SVA-Porto de Salvador.

Um desafio observado é a falta de comunicação entre o SIGVIG e o SISCOMEX, para agilizar a liberação das cargas. O SIGVIG atualiza as informações de novos procedimentos decorrentes da edição de Instruções Normativas emanadas pelos diversos setores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, mas ele precisa se comunicar com outro sistema para melhor funcionamento.

Ajustes precisam ser feitos no SIGVIG para permitir a inclusão pelos representantes dos exportadores (despachantes) no campo 9 (marcas distintivas) dos Requerimento para Fiscalização das informações complementares solicitadas pelos países importadores.

6. BIBLIOGRAFIA

ALBERTIN, A. Comércio eletrônico: benefícios e aspectos de sua aplicação. In: XXI Encontro Anual da ANPAD, 1997. Angra dos Reis. Anais... Angra dos Reis, RJ.

BERTOLOTO, R. F.; MELLO, J. C. C. B. S. Eficiência de portos e terminais privativos brasileiros com características distintas. Journal of Transport Literature, Vol. 5, n. 2, pp. 4-21, Apr. 2011, Research Directory. Disponível em: www.pesquisaemtransportes.net.br/relit/index.php/relit/.../jv5n2p1/106. Acessado em: 29/12/2015.

BRASIL. Lei 8.171. de 17 de janeiro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8171.htm, acessado em 01/03/2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior , 2015, DISPONÍVEL EM: <http://www.mdic.gov.br/siscomex/siscomex.html>. Acessado em 11/11/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Evolução do Comercial Exterior Brasileiro: 1950 a 2014. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>. Acesso em 22/03/2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Balança Comercial Apresenta Superávit em 2013. 14 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=12737>. Acesso em 08/03/2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Portal SISCOMEX. Disponível em: http://portal.siscomex.gov.br/conheca-o-portal/O_Portal_Siscomex. Acesso em: 08/06/2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de Avaliação de Programa Ações de Vigilância e Fiscalização no Trânsito Internacional de Produtos Agropecuários/ Tribunal de Contas da União; Relator Ministro Benjamim Zymler – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006. 142 p. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9280A65D4DD1>. Acesso em 06/03/2016.

BRASIL. Decreto 5.741 de 30 de março de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5741.htm, acessado em 01/03/2016.

BRASIL. Instrução Normativa nº 7, de 13 de abril de 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=240323>, acessado em 06/03/2016.

BRASIL. Instrução Normativa MAPA 36/2006 de 14 de novembro de 2006. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=recuperarTextoAtoTematicaPortal&codigoTematica=1265040>. Acessado em: 07/03/2016.

BRASIL. Decreto nº 660 de 25 de setembro de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0660.htm. Acessado em: 09 de março de 2016.

BRASIL. Portaria MAPA nº 300 de 16 de junho de 2005. Disponível em: http://www.lexboletim.com.br/doc_363314_PORTARIA_N_300_DE_16_DE_JUNHO_DE_2005.aspx. Acessado em: 02 de dezembro de 2015.

- BRITO, R.; ALTAF, J. D.; TROCCOLI, I. R.; MIRANDA, M. S. As burocracias inerentes ao processo de importação: o caso CMD Global Services. *Revista Negócio em Projeção* v. 3 n 2. p. 1-15, 2012.
- CAMPBELL, F. T. The science of risk assessment for phytosanitary regulation and the impact of changing trade regulations. *Bioscience* , v. 51, n. 2, p. 148-153, 2001. CODEBA, 2015. Disponível em:
http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodoba/pt-br/porto_salvador.php (08/01/2015).
- CODEBA, Companhia das Docas do Estado da Bahia. 2015. Disponível em:
http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodoba/pt-br/porto_salvador.php?secao=porto_salvador_apresentacao. Acessado em: 09 de março de 2016.
- FAO. Secretaria da Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais. NINF N° 15. Traduzida pelo MAPA. 2009. Disponível em:
http://www.martmadeiras.com.br/produtos/NIM15_%20InteiroTeor_2009.pdf. Acessado em 02/03/2016.
- FONSECA, A. Portos baianos tiveram maior movimentação de sua história. *Tribuna da Bahia*. 08.01.2015. Disponível em:
http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodoba/pt-br/site.php?secao=noticias_gerais&pub=3310. Acessado em: 06/03/2016.
- FONSECA, A. Portos baianos tiveram maior movimentação de sua história. *Tribuna da Bahia*. 08.01.2015. Disponível em:
<http://www.tribunadabahia.com.br/2015/01/08/portos-baianos-tiveram-maior-movimentacao-de-sua-historia>. Acessado em: 06/03/2016.
- FURLAN, P. K. Análise dos Procedimentos Operacionais e Burocráticos dos Portos Brasileiros: Estudo de Caso do Porto de Santos P/K. Furlan. – versão corrigida, São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia Naval e Oceânica.
- LIMA, R. C. A. e BARRAL, W. Barreiras não tarifárias ao comércio: o papel regulatório da OMC, controvérsias e novas restrições. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, n. 93, 2007. Disponível em:
<http://www.funcex.com.br/rbce.asp>. Acesso em: 07 de março de 2016.
- MONIÉ, F.; VIDAL, S. M. S. C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. Agosto de 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n6/03.pdf> . Acessado em: 07 de março de 2016.

NOGUEIRA E.S. Efeitos da TI nas Relações Interorganizacionais Público e Privado: o caso da implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior, 1999 – SISCOMEX, disponível em: www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1999-ai-11, acessado em 16/12/2015.

PIRES, J. C. L.; PICCININI, M. S. A Regulação dos Setores de Infra-Estrutura no Brasil. Disponível em: http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_07.pdf. Acessado em 07 de março de 2016.

PONTES, F. S. S. Técnica de mineração de dados aplicada na inspeção de importações para verificação do status fitossanitário de embalagens de madeira em contêineres. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, UFV-MG, 21/10/2013.

Revista Globo Rural. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI284581-18077,00-MINISTERIO+INFORMATIZA+PROCESSOS+DE+IMPORTACAO+E+EXPORTACAO.html>, acessado em 18/12/2015.

TYLER, W. A Aplicação de Métodos de E-Governo às Transações Comerciais Internacionais: o Caso do Brasil. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tyler_e_govecomercionobrasil_verseaug2006.pdf, acessado em 29/12/2015.

WANKE, P. F.; HIJJAR, M. F.; BARROS, M. Avaliando a eficiência dos terminais brasileiros com análise envoltória de dados. Revista Tecnológica, n. 4, p. 72-76, 2008.

WANKE, P. F.; HIJJAR, M. F. Exportadores brasileiros: estudo exploratório das percepções sobre a qualidade da infraestrutura logística. Produção, v. 19, n. 1, jan./abr. 2009, p. 143-162. Disponível em: www.scielo.br/pdf/prod/v19n1/10.pdf. Acessado em: 29/12/2015.

Yin, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.